CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Flávio Dino tira sigilo de ação sobre Dark Horse

Mais cedo, PF deflagrou uma operação para investigar o desvio de recursos de emendas parlamentares para o financiamento do filme

Fonte original: Terra. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	Terra (terra.com.br)
Autor	Redação Terra
Data de publicação	10/09/2026 12:10
URL original	https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/flavio-dino-tira-sigilo-de-acao-sobre-dark-horse,e4c5c966ae29c24fbc5e036f0dfcad81xqm6tfqn.html
Relevância	Baixa · Investigação e Justiça · Reportagem
Pessoas citadas	Mário Frias, Karina Gama, Flávio Dino, Jair Bolsonaro, Alex Leandro Bispo dos Santos
Organizações	Instituto Conhecer Brasil (ICB), Polícia Federal, Supremo Tribunal Federal, Prefeitura de São Paulo, Academia Nacional de Cultura (ANC), Complexsys, Instituto Super Poder Educacional
Data da coleta	29/09/2026 10:07
Situação	No ar · última verificação 27/11/2026 22:06
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• A empresa teria sido contratado por meio de chamamento público, e subcontratou outras para fazer o serviço, como a Complexsys Apoio Administrativo, Ultra IP Tecnologia e Serviços e Urban Connect Serviços e Tecnologia.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / Terra

RESUMO

Flávio Dino tira sigilo de ação sobre Dark Horse Mais cedo, PF deflagrou uma operação para investigar o desvio de recursos de emendas parlamentares para o financiamento do filme O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino tirou, nesta quinta-feira, 10, o sigilo da ação sobre o filme Dark Horse, que conta a trajetória do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O argumento de Dino é de que as investigações do caso Dark Horse, entre outras, seriam prejudicadas com a ordem de Mendonça.

Flávio Dino tira sigilo de ação sobre Dark Horse

Mais cedo, PF deflagrou uma operação para investigar o desvio de recursos de emendas parlamentares para o financiamento do filme

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino tirou, nesta quinta-feira, 10, o sigilo da ação sobre o filme Dark Horse, que conta a trajetória do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A suspeita é de que o filme tenha sido financiado com recursos de emendas parlamentares.

Receba as principais notícias direto no WhatsApp! Inscreva-se no canal do Terra

Mais cedo, a Polícia Federal deflagrou uma operação para cumprir mandados de busca e apreensão o deputado federal Mario Frias (PL-SP) e a produtora de Dark Horse, Karina Gama, dona da Go UP Entertainment Ltd, além de outras 20 pessoas. No total, estão sendo cumpridos 49 mandados de busca e apreensão nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e no Distrito Federal. A operação não tem mandados de prisão. Durante a ação, os policiais apreenderam sete armas do parlamentar. O Terra busca contato com as defesas de Frias e Karina sobre o caso.

As ordens judiciais foram expedidas pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), um dia após o magistrado ter protagonizado mais um capítulo da crise na Corte, ao derrubar a decisão do colega André Mendonça sobre o afastamento do diretor da PF, Andrei Rodrigues. O argumento de Dino é de que as investigações do caso Dark Horse, entre outras, seriam prejudicadas com a ordem de Mendonça.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

A operação de hoje é realizada em parceria com a Controladoria-Geral da União (CGU) e foi batizada de "Make Up".

As investigações apontam a existência de uma organização criminosa, formada por agentes públicos e privados, suspeita de direcionar os valores recebidos para empresas subcontratadas de forma irregular, sem comprovação da efetiva prestação dos serviços contratados. As tentativas de dissimular os desvios teriam se estendido até julho deste ano, conforme a PF.

De acordo com a corporação, levantamentos financeiros identificaram, ainda, movimentação da ordem de centenas de milhões de reais entre as empresas que integram o esquema investigado.

Estão sendo investigados os seguintes crimes:

- peculato;

- falsidade documental;

- lavagem de dinheiro;

- organização criminosa; e

- crimes licitatórios.

Entenda investigação em 5 pontos

-

Mário Frias apontado como ‘agente central’

Conforme o ministro Dino, há “fortes indícios” de que Mário Frias seja o “agente central” da organização criminosa, que teria sido estruturada para “captar, disseminar e ocultar recursos provenientes de verbas públicas”. A investigação aponta que o parlamentar teria repassado para o Instituto Conhecer Brasil (ICB), cuja presidente é a produtora Karina Gama, R$ 2 milhões por meio de duas emendas.

-

Coincidência entre gastos do filme e envio de emendas para produtora

A PF apontou coincidências entre os gastos do filme Dark Horse e o envio de emendas parlamentares por parte de Frias à produtora Go Up Entertainment Ltda. O relatório afirma que foram identificadas movimentações consideradas atípicas em contas correntes da Go Up abrangendo o período de 10 de novembro de 2025 a 30 de dezembro de 2025.

Ainda segundo a corporação, as gravações do filme que conta a história do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ocorreram entre os dias 20 de outubro de 2025 e 7 de dezembro de 2025, em São Paulo, mesmo período em que ocorreram as transações financeiras da empresa de Karina Gama.

A empresa movimentou o montante de R$ 19.033.071,00. Destes, R$ 645.400 foram enviados por Mário Frias. A PF ressaltou os gastos das gravações, que envolveram hospedagem de alto padrão, custeio com alimentação e pagamento a outras produtoras ligadas à produção.

-

Karina estava a frente de mais de uma empresa investigada

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Além da Go UP, outras empresas ligadas às Karina Gama fazem elo com a investigação sobre o possível desvio de emendas: o Instituto Conhecer Brasil (ICB) e a Academia Nacional de Cultura (ANC), ambas presididas por ela.

A ANC teve indicação de recursos de R$ 1,1 milhão, de recursos públicos destinadas ao projeto "Heróis Nacionais", de autoria dos deputados federais Marcos Pollon e Bia Kicis, mas os recursos não chegaram a ser repassados à entidade. Os parlamentares não são investigados no caso.

A ICB recebeu os R$ 2 milhões destinados por Frias e também é responsável por um contrato de mais de cerca de R$ 108 milhões com a Prefeitura de São Paulo para a implantação e manutenção de pontos de wi-fi gratuito em comunidades periféricas. A empresa teria sido contratado por meio de chamamento público, e subcontratou outras para fazer o serviço, como a Complexsys Apoio Administrativo, Ultra IP Tecnologia e Serviços e Urban Connect Serviços e Tecnologia.

A análise da PF aponta que a Urban, antes se chamava Favela Conectada Serviço e Tecnologia Ltda, e tinha como único sócio Alex Leandro Bispo dos Santos, integrante do Primeiro Comando da Capital (PCC). Em janeiro deste ano, ele se retirou da sociedade.

“A comunicante informa que a empresa Urban Connect solicitou, em 27/02/2025, aumento do limite para transações TED, pleiteando limite diário de R$ 600.000,00 e por evento de R$ 300.000,00, justificando que passaria a receber recursos decorrentes de contrato de prestação de serviços firmado com o Instituto Conhecer Brasil relacionado ao projeto ‘Wifi Livre SP’, cujo valor total seria de R$ 12 milhões”, diz o relatório.

-

Omissão de informações

Ainda conforme a ação, entre 2024 e 2026, Karina e outros indivíduos ainda não identificados, teriam inserido e “fizeram inserir declarações falsas ou diversas daquelas que deveriam constar em contratos, orçamentos, relatórios de execução, documentos de contratação e demais registros apresentados à administração pública”, omitindo informações relevantes sobre o projeto para qual recebeu as emendas de Frias.

Eles seriam o 971232, um projeto que visava desenvolver e implementar uma metodologia de letramento digital e empreendedorismo para capacitar adultos e adolescentes, e o 964068, para a implementação e desenvolvimento do projeto “Lutando Pela Vida no Estado de São Paulo/SP”.

Entre as informações emitidas estão a data de elaboração, da execução dos serviços contratados, da capacidade operacional dos contratados e da regularidade dos procedimentos adotados, “com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante e conferir aparência de legalidade à utilização dos recursos públicos federais”, segundo o processo.

-

R$ 750 mil de recursos públicos podem ter abastecido produtora de Dark Horse

A PF suspeita ainda que pelo menos R$ 750 mil provenientes de recursos públicos foram desviados para abastecer a Go UP. Conforme as investigações, o ICB movimentou R$ 83 milhões entre setembro de 2023 e agosto de 2024. Parte desses recursos foram repassados para pessoas ligadas ao próprio Mario Frias, em um processo que a PF vê como uma devolução de recursos públicos investigados.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

A investigação analisou parte do caminho do dinheiro até o "Dark Horse" ao detectar que o ICB fez pagamentos a duas editoras ligadas a uma terceira empresa que repassou valores à produtora Go Up.

"Tais fatos se tornam relevantes na medida em que, no mesmo período, a NTT Brasil de Heric Dias enviou R$ 750.000,00 para a Go Up Entertainment, valor quase que exatamente correspondente aos R$ 700.000,00 que a Dinâmica Editora e o Instituto Super Poder Educacional, do mesmo grupo empresarial, receberam do ICB no escopo do Termo de Fomento n.º 971232, cujo objeto somente veio a ter tentativas de execução em 2026, portanto, após o período ora tratado", diz a PF.

Embora a polícia afirme que os elementos apurados ainda não comprovam a origem direta entre os recursos públicos recebidos pelo ICB e os repasses indiretos à produtora, a investigação admite que a proximidade temporal mostra relevância nas operações financeiras. Também aponta suspeitas em pagamentos de Mario Frias à produtora, por serem de valor elevado. A PF diz que ele não tinha lastro para realizar esses repasses.

"A Go Up Entertainment, por sua vez, movimentou R$ 19.033.071,00 entre 10 de novembro e 30 de dezembro de 2025, período em que recebeu recursos de diversos remetentes, dentre eles a NTT Brasil (R$ 750 mil) e o próprio Deputado Federal Mário Frias (R$ 645,4 mil), sendo que as filmagens da cinebiografia ocorreram entre outubro e dezembro de 2025, coincidindo temporalmente com as movimentações financeiras analisadas", declarou a PF.

Em Dark Horse, Frias exerce o papel de roteirista e produtor-executivo. O filme produzido por Karina Gama tem o ator norte-americano Jim Caviezel no papel principal.

Compartilhamento de dados

A própria PF pediu acesso ao material para ampliar as investigações sobre suspeitas de desvios de recursos públicos, sobretudo emendas parlamentares, envolvendo a produtora. O roteiro de Dark Horse é assinado pelo deputado federal Mário Frias, que, em 2024, destinou R$ 2 milhões em emendas para a ONG do filme.

Em maio, a defesa de Mário Frias negou ao ministro Flávio Dino que tenha feito triangulação de repasse de emendas para financiar a produção do filme. O deputado disse que a alegação é "puramente especulativa", baseada em "pré-julgamento" e um "argumento frágil, insuficiente e juridicamente irrelevante para sustentar qualquer irregularidade".

Suspeitas

Nas primeiras horas do mês de junho, a 2.ª Delegacia de Crimes Contra a Administração Pública, Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (DICCA), do Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania (DPPC), deflagrou uma operação para investigar a suspeita de fraude em uma licitação da Prefeitura de São Paulo, no valor de R$ 108 milhões, vencida pelo Instituto Conhecer Brasil (ICB), de propriedade de Karina Ferreira da Gama.

Na ocasião, o ICB, a Go UP, dois endereços residenciais de Karina e a sede da Secretaria Municipal Inovação e Tecnologia foram alvos da operação, que cumpriu oito mandados de busca e apreensão determinados pela 1.ª Vara Regional da Garantias (1.ª RAJ).

A Polícia Civil também requisitou à Justiça acesso às análises do Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf) sobre as movimentações financeiras feitas pelo ICB, pela Go Up e por Karina. Entre as

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

hipóteses investigadas está a de que parte dos recursos possa ter ido parar nos cofres da Go Up durante o tempo em que o filme Dark Horse foi produzido.

A obra teve mais de 90% de seu orçamento bancado com dinheiro do banqueiro Daniel Vorcaro. O financiamento secreto foi tratado entre Flávio Bolsonaro e o banqueiro mesmo depois da prisão de Vorcaro por fraudes bilionárias, em novembro de 2025, segundo mensagens encontradas pela Polícia Federal em um dos celulares do banqueiro. *(Com informações do Estadão Conteúdo)

Fonte original: https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/flavio-dino-tira-sigilo-de-acao-sobre-dark-horse,e4c5c966ae29c24fbc5e036f0dfcad81xqm6tfqn.html · Coletado em 29/09/2026 10:07 · Gerado em 29/11/2026 01:09